GRIFO.NET.BR

47º EXAME DE ORDEM UNIFICADO

DIREITO PENAL

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

SUA PROVA

- Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da **Peça Prático-Profissional** e das **4 (quatro) Questões Discursivas**, você receberá do fiscal de aplicação um caderno para transcrição dos textos definitivos.

TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- **2 (duas) horas** após o início da prova será possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- **1 (uma) hora** antes do término do período de prova será possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de aplicação.
- Portar aparelhos eletrônicos, relógio de qualquer espécie, óculos escuros, acessórios de chapelaria, lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se todos os seus aparelhos eletrônicos foram acondicionados e lacrados dentro da embalagem própria. O porte de equipamento proibido acarreta a **anulação** da prova e a **eliminação** do exame.
- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada no seu caderno de textos definitivos.
- Confira seus dados pessoais e assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- Ao terminar a prova, entregue **obrigatoriamente** o caderno de textos definitivos ao fiscal de aplicação.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos.
- Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.
- **Esta é uma versão de estudo elaborada pelo Grifo**, com o enunciado original da prova aplicada em 18/10/2026 no layout atual do caderno. O que muda em relação à prova original (os nomes, as leis e a jurisprudência que mudaram) está ao final.

ATENÇÃO

Na elaboração dos textos da peça prático-profissional e das respostas às questões discursivas, o examinando deverá incluir todos os dados que se façam necessários, sem, contudo, produzir qualquer identificação ou informações além daquelas fornecidas e permitidas nos enunciados contidos no caderno de prova. A omissão de dados que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução do problema proposto acarretará descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase.

A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da prova prático-profissional e a eliminação do examinando. Assim, por exemplo, no fechamento da peça, o examinando deve optar por utilizar apenas "reticências" ou "XXX", ou seja: data "..." ou Data "XXX", local "..." ou Local "XXX", Advogado "..." ou Advogado "XXX", inscrição OAB "..." ou Inscrição OAB "XXX".

Peça Prático-Profissional

Clitemnestra foi denunciada e pronunciada pelo homicídio doloso de seu ex-marido, Agamenon, conforme o Art. 121,caput do CP. De acordo com a denúncia, no dia 10/01/2021, Agamenon, violando a medida protetiva de proibição de contato e aproximação, invadiu a residência de Clitemnestra, inconformado com o término do casamento, desejando conversar com a acusada. Porém, de forma desproporcional, de acordo com a versão acusatória, Clitemnestra teria desferido um golpe de faca em Agamenon, o que foi a causa de sua morte.

Durante a sessão plenária de julgamento, as testemunhas arroladas pela defesa, compromissadas, afirmaram que Agamenon, no dia dos fatos, invadiu a casa de Clitemnestra portando uma faca, ameaçando matá-la, o que motivou a reação proporcional da acusada.

No interrogatório, Clitemnestra admitiu que desferiu o golpe com faca, porém afirmou que apenas se defendeu da agressão iminente de Agamenon, pois este já havia atentado contra a sua vida em outras ocasiões e portava uma faca, ameaçando-a.

Nos debates em plenário, a defesa de Clitemnestra exibiu a folha de antecedentes criminais da vítima, juntada aos autos apenas no dia da sessão de julgamento, sem que houvesse oposição pelo Ministério Público, demonstrando que Agamenon apresentava dez condenações criminais por atos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a maior parte delas contra Clitemnestra. A defesa sustentou adequadamente todas as teses juridicamente cabíveis.

Findos os debates, o Juízo do Tribunal do Júri da Comarca da Capital, Estado de Campo Belo, formulou aos jurados os quesitos de materialidade e autoria, de forma que, assim que foram apurados quatro votos pela presença de materialidade e confirmação da autoria, o Juízo interrompeu a apuração e passou ao quesito seguinte. Quatro jurados responderam positivamente ao terceiro quesito, quanto à absolvição da acusada, o que fez o Juiz Presidente interromper a apuração dos demais votos e proferir a sentença absolutória.

O Ministério Público interpôs tempestivo Recurso de Apelação, escorado somente no Art. 593, inciso III, alínea d, do CPP. Nas razões, o recorrente apontou que houve nulidade posterior à pronúncia, tendo em vista a leitura, em plenário, de documentos que não foram juntados com a observância da antecedência necessária, de acordo com o Art. 479 do CPP. Ainda, arguiu a nulidade na apuração dos votos, uma vez que o Juiz Presidente deveria ter apurado os votos de todos os jurados. Quanto ao mérito, apontou que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, tendo em vista a certeza de materialidade e autoria, não havendo causa legítima que justificasse a absolvição. Assim, nesses termos, requereu a reforma da sentença, com a condenação da ré pelo Tribunal de Justiça.

Você, como advogado(a) de Clitemnestra, é intimado(a) no dia 25 de setembro de 2026, sexta-feira, sendo todos os dias da semana úteis em todo o país, exceto sábado e domingo.

Considerando apenas as informações narradas, na condição de advogado(a) de Clitemnestra, redija a peça jurídica cabível, diferente de habeas corpus e considerando que a decisão não padece de vícios de contradição, omissão, obscuridade ou ambiguidade, apresentando todas as teses jurídicas pertinentes.

A peça deverá ser datada no último dia do prazo para apresentação. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão.

A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Hermes foi denunciado por furto mediante fraude e lavagem de capitais porque, graças à fraude em dispositivo informático, conseguiu subtrair o montante de R$ 500.000,00 de determinada instituição financeira nacional.

De acordo com a investigação, Hermes praticou o delito de lavagem de capitais porque depositou o valor subtraído em sua conta-corrente, conforme se comprovou pela quebra de sigilo bancário autorizada judicialmente.

Com base em tais fatos, o Juiz deferiu o sequestro do imóvel de Hermes, avaliado no valor de R$ 2.000.000,00 e adquirido dez anos antes dos fatos, e recebeu a denúncia pelos tipos penais apontados.

Como advogado(a) de Hermes, responda às questões a seguir.

A) Apresente o argumento jurídico cabível em favor de Hermes a fim de desconstituir o sequestro de seu imóvel. Justifique. (Valor: 0,60)

B) Em face da acusação de lavagem de capitais, qual é a tese de Direito Penal a ser sustentada? Justifique. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Faetonte, funcionário público, primário e sem anotações criminais, recebeu um veículo do órgão público para uso em serviço.

Ao usá-lo, Faetonte, deixando de adotar as cautelas que lhe seriam exigíveis, estacionou o veículo em uma rua próxima ao local de trabalho com as chaves no seu interior, acreditando que nada fosse acontecer. A sua conduta negligente permitiu que um terceiro subtraísse o referido veículo, causando prejuízo ao órgão público.

Faetonte foi prontamente denunciado pelo delito de peculato culposo (Art. 312, §2º, do CP) perante o Juízo ordinariamente competente, sendo certo que a denúncia foi devidamente instruída pelo inquérito policial correspondente. Citado, Faetonte ofereceu resposta à acusação, ocasião em que efetuou o pagamento da restituição integral do valor do prejuízo sofrido pelo ente público.

Você, como advogado(a) na defesa de Faetonte, responda às questões a seguir.

A) Qual é a tese de Direito Penal a ser sustentada pela defesa de Faetonte a fim de garantir a extinção de sua punibilidade? Fundamente. (Valor: 0,65)

B) Antes da denúncia, qual benefício processual deveria ter sido ofertado a Faetonte? Fundamente. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Aracne foi acusada de falsificar os históricos escolares e os diplomas de médico de uma universidade federal, emitidos em favor de Ícaro, Hígia, Panaceia, Calisto, Dafne, Narciso e Páris.

Todos os sete adquiriram de Aracne os referidos documentos falsificados no mês de janeiro de 2025, sendo certo que todos foram elaborados com as mesmas características e o mesmo modo de execução. Assim, Aracne foi denunciada e condenada pela falsificação de documento público (Art. 297, caput do CP), por sete vezes, em concurso material (Art. 69 do CP).

Interposta a apelação, por maioria, o Tribunal manteve a condenação de Aracne, nos termos da sentença, sendo certo que o voto vencido acolhia a tese de defesa.

Como advogado(a) constituído por Aracne, responda às questões a seguir.

A) A fim de reformar a decisão do Tribunal, qual recurso deve ser manejado pela defesa? Fundamente. (Valor: 0,60)

B) A fim de reduzir as penas aplicadas, qual tese de Direito Penal deve ser apresentada? Justifique. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Hermes foi acusado de ter subtraído, para si, o celular de Ariadne. De acordo com a denúncia, Ariadne estava com a janela do carro abaixada, quando ele passou e subtraiu o celular da vítima, empreendendo fuga em seguida. Por isso, Hermes foi dado como incurso nas penas do Art. 155, caput, do CP, ressaltando que, por se tratar de acusado reincidente específico, não caberiam medidas consensuais.

Durante a audiência de instrução e julgamento, Ariadne prestou depoimento afirmando que ele exigiu, mediante emprego de grave ameaça, a entrega do celular, fato confirmado pelo acusado em seu depoimento, que confessou integralmente a versão apresentada pela vítima.

Dessa forma, a sentença o condenou pelo delito de roubo, previsto no Art. 157, caput, do CP, tendo em vista as provas surgidas no curso da instrução processual. Assim, foi aplicada a Hermes a pena-base de quatro anos, agravada em mais seis meses diante da reincidência, fixando a pena definitiva em quatro anos e seis meses de reclusão.

Você, na condição de advogado(a) de defesa de Hermes, responda às questões a seguir.

A) Qual a tese processual a ser corretamente defendida em favor de Hermes? Justifique. (Valor: 0,65)

B) A fim de reduzir a pena aplicada a Hermes, qual tese de Direito Penal deve ser utilizada? Justifique. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização



grifo.net.br · versão de estudo, não oficial